



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de cartão magnético com chip, com função de vale-alimentação (Cartão de Natal), com entrega de cartões físicos bloqueados, com senha individual, por secretaria e em ordem alfabética, aos servidores da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo/RJ, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2	Requisitante:	Subsecretaria de Recursos Humanos
1.3	Fundamentação legal:	Art. 28, I da Lei nº 14.133/21 c/c Art. 33, I da Lei 14.133/2021
1.4	Período:	A contratação terá vigência de 06 (seis) meses, contados da assinatura do contrato.
1.5	Tipo:	Pregão Eletrônico – Menor Preço global.

1.6 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços consistentes na emissão, entrega e gestão dos cartões magnéticos com chip (Cartão Vale-alimentação de Natal), com disponibilização de créditos no valor unitário de R\$500,00 (quinhentos reais), por cartão, em data a ser definida pelo Município de Nova Friburgo/RJ, que comunicará a contratada em, no mínimo, 03 (três) dias corridos de antecedência.

1.7 A estimativa de cartões magnéticos individuais será de 7.812 considerando o quantitativo de servidores que farão jus ao benefício no período de fornecimento do cartão, conforme levantamento realizado pela Subsecretaria de Recursos Humanos.

1.8 A contratação observará as condições, exigências e especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, conforme demonstrado na tabela a seguir.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	CARTÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA EMISSÃO E ENTREGA DE CARTÃO MAGNÉTICO COM CHIP (CARTÃO VALE-ALIMENTAÇÃO DE NATAL) E DISPONIBILIZAÇÃO DE CRÉDITOS NO VALOR DE R\$500,00(QUINHENTOS REAIS) POR CARTÃO.	14109	UN	7.812

1.9 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

1.10 O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.



1.11 A presente contratação se enquadra como fornecimento não contínuo, nos termos do art. 105 da Lei 14.133/2021, tendo em vista que o objeto visa atender a uma necessidade pontual e sazonal da Administração, qual seja, o fornecimento de vale-alimentação de Natal aos servidores públicos municipais, com entrega única e crédito individual no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

1.12 Trata-se de ação específica e vinculada à data comemorativa de final de ano, não caracterizando demanda permanente. Assim, o contrato terá vigência restrita ao prazo necessário para entrega dos cartões e execução das obrigações correlatas.

1.12 Trata-se de Serviço/aquisição de bem comum, a ser contratado(a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 A presente contratação tem por objetivo proporcionar aos servidores do Município de Nova Friburgo o benefício denominado Cartão Vale-Alimentação de Natal, em reconhecimento aos serviços prestados ao Município ao longo do exercício.

2.3 A atual Gestão tem promovido, ano após ano, uma política de valorização dos servidores públicos, por meio de diversas ações e mecanismos voltados ao bem-estar dos servidores, independentemente do regime jurídico a que estejam vinculados.

2.4 Ressalta-se que os créditos disponibilizados no Cartão Vale-Alimentação de Natal não se incorporarão ao vencimento ou à remuneração dos servidores beneficiados, nem servirão de base de cálculo para quaisquer outras verbas de natureza salarial ou previdenciária, conforme estabelecido na legislação.

2.5 O cálculo do quantitativo estimado foi embasado no número de servidores constantes na folha de pagamento do Município, abrangendo os servidores ativos e inativos vinculados ao Fundo de Previdência, excetuando-se:

- Agentes políticos ocupantes de cargo eletivo;
- Estagiários;
- Servidores em gozo de licença não remunerada.

2.6 O Município orientará os servidores quanto à finalidade exclusiva do benefício, destinado à aquisição de gêneros alimentícios, sendo expressamente vedada sua aquisição de outros produtos, serviços ou finalidade diversa.

2.7 O quantitativo de cartões foi estimado com base no número de servidores ativos e inativos vinculados ao Fundo de Previdência, apurado no mês de agosto de 2025, conforme já disposto no item 1.7 deste Termo de Referência.

2.8 Caso, no momento da emissão da relação nominal dos beneficiários, o quantitativo estimado sofra alteração, a exclusão dos beneficiários excedentes será realizada antes da emissão do pagamento, ajustando-se à dotação orçamentária prevista, sem qualquer ônus adicional à Administração.



2.9 Com base na classificação contábil de despesas instituída pelo Município, o objeto será classificado como:

Despesas com fornecimento de Vale-alimentação, conforme disposições legais –
Natureza da Despesa: xxx

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se detalhada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (Anexo II), apêndice integrante deste Termo de Referência.

3.2 Considerando o objetivo da contratação, a solução mais adequada para a concessão do benefício natalino aos servidores municipais consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento, emissão, entrega e gestão de Cartões Vale-Alimentação de Natal com chip, previamente carregados com crédito no valor unitário de R\$ 500,00 (quinhentos reais), garantindo segurança, rastreabilidade, controle e agilidade na operação do benefício.

3.3 A escolha pelo modelo de cartão magnético em substituição a outra modalidade (como repasse em folha ou conta bancária) permite que o Município, ao adotar o critério de julgamento pelo menor preço global, atenda ao princípio da eficiência administrativa, nos termos do art. 37, caput e inciso XXI da CRFB, obtendo, inclusive, propostas com valores abaixo do montante creditado no cartão, o que resulta em economia aos cofres públicos.

3.4 A solução contempla o ciclo de vida completo do objeto, incluindo as seguintes etapas:

- Emissão e personalização dos cartões;
- Entrega centralizada à Subsecretaria de Recursos Humanos, em envelopes lacrados, por secretaria e em ordem alfabética;
- Disponibilização dos créditos;
- Suporte técnico e operacional durante a vigência do contrato;
- Sistema de gestão para acompanhamento da utilização e emissão de relatórios;
- Garantia de segurança de dados conforme a Lei Geral de Proteção de Dados;
- Atendimento remoto, por telefone e e-mail, pelo período mínimo de 90 dias após a liberação do crédito.

3.5 O contrato terá vigência de 6(seis) meses, considerando o tempo necessário para entrega, ativação, atendimento aos beneficiários e encerramento da validade dos cartões, bem como para eventual necessidade de correções, suporte técnico e emissão de relatórios de prestação de contas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.1. Além de manter o serviço contratado em número, qualidade e condições especificadas, o contratado deverá:

4.1.1 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

4.1.2 Cumprir o objeto do presente Termo de Referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital de Licitação, bem como na legislação em vigor.



4.1.3 Responsabiliza-se, integralmente, por todos os ônus decorrentes de encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas, e por danos causados ao CONTRATANTE, em virtude da má execução do objeto deste contrato.

4.1.4 Responsabilizar-se, exclusivamente, pelo pagamento à rede de estabelecimentos credenciados, decorrentes do consumo, inexistindo quaisquer vínculos ou obrigação financeira para o CONTRATANTE, ficando claro que o mesmo não responde solidariamente ou subsidiariamente por esses pagamentos.

4.1.5 Responsabilizar-se integralmente pelo serviço contratado em conformidade com as especificações técnicas, nos termos da legislação vigente.

4.1.6 Responsabilizar-se, civil e criminalmente, pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

4.1.7 Designar preposto com poderes para solucionar, de forma imediata ou em prazo fixado pelo CONTRATANTE, quaisquer pendências decorrentes da execução do contrato.

4.1.8 O CONTRATANTE se reserva o direito de, a qualquer tempo, solicitar a substituição do preposto da CONTRATADA, uma vez constatado o não preenchimento das condições exigidas para assistência a ser prestada, ou que se conduzam de modo inconveniente ou incompatível com o decoro e a função que lhe foi atribuída.

4.1.9 Não credenciar rede de estabelecimento que esteja sancionado pelo não cumprimento da legislação vigente sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do IBAMA, CONAMA e INEA.

4.1.10 É de responsabilidade da CONTRATADA, manter credenciados à rede, apenas estabelecimentos que observem as normas reguladoras de sua atividade.

4.1.11 Comprovar instalações da CONTRATADA na região metropolitana ou Serrana do Estado do Rio de Janeiro, com estrutura para atender aos prazos e condições previstas neste Termo de Referência ou viabilizar o atendimento remoto por meio de videoconferência, consulta por telefone e por e-mail, com suporte 24 (vinte e quatro) horas.

4.1.12 Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pelo CONTRATANTE, por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados aos serviços contratados.

4.1.13 As comunicações do CONTRATANTE deverão ser respondidas, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do seu recebimento, bem como atender às reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas.

4.1.14 As notificações por descumprimento contratual terão o prazo de resposta de até 02 (dois) dias úteis a contar do seu recebimento, submetendo-se à CONTRATADA as sanções e penalidades cabíveis, caso tal determinação não seja cumprida.

4.1.15 A CONTRATADA deverá disponibilizar, após assinatura do contrato, sem ônus para o CONTRATANTE, capacitação de pessoal para o(s) fiscal(s) e gestor(es) envolvidos na utilização do Sistema, incluindo:



4.1.15.1 Detalhamento dos procedimentos para utilização do Software de Gestão e Emissão de Relatórios.

4.1.15.2 Informações relativas a eventuais falhas operacionais e providências necessárias para saná-las.

4.1.15.3 Outras informações julgadas oportunas e necessárias para a correta utilização do sistema.

4.1.16 A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico ao CONTRATANTE, através de Serviço de Atendimento ao Cliente, por telefone ou Internet, devendo ainda disponibilizar preposto para suporte 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante o prazo de validade do cartão de 90 (noventa) dias, a contar da disponibilidade do crédito.

4.1.17 Além de garantir o sigilo das informações relativas à contratação, a CONTRATADA não poderá divulgar e fornecer os dados referentes à prestação de serviço, respeitando ainda os dispositivos da Lei nº 13709/2018 (LGPD).

4.1.18 A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.1.19 A CONTRATADA obriga-se a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do contrato.

4.1.20 O contrato terá vigência de 6 (seis) meses, uma vez a necessidade de resguardar o MNF quanto às obrigações da CONTRATADA até que se sobrevenha o procedimento de finalização das etapas a serem cumpridas.

4.1.21 A CONTRATADA deverá, a partir da data de comunicação efetuada pela fiscalização do contrato ou usuário (beneficiário), no prazo de 5(cinco) dias, realizar a reposição gratuita, ao beneficiário, dos cartões defeituosos, extraviados, furtados ou roubados, bem como bloquear imediatamente o saldo existente logo após a devida comunicação da ocorrência.

4.1.22 Na ocorrência de extravio, furto ou roubo do cartão por mais de uma vez de um mesmo servidor, o próprio deverá arcar com a despesa da emissão de novo cartão.

4.1.23 Não será realizada cobrança de garantia contratual, tendo em vista o risco do negócio para a administração ser diminuto.

4.1.24 Não será admitida a subcontratação de parte ou totalidade do objeto deste contrato.

4.1.25 A CONTRATADA deverá ter e manter credenciados, ao longo da vigência do crédito, no mínimo, 30 (trinta) estabelecimentos no Município de Nova Friburgo/RJ, garantindo a aceitação do Cartão Vale-alimentação de Natal, através do sistema de alimentação de convênio (mercados, supermercados, hipermercados e similares).

4.1.26 A CONTRATADA deverá apresentar documento se comprometendo, no ato do certame, a disponibilizar, após adjudicação do resultado, em um prazo de 03 (três) dias úteis, relação contendo no mínimo 30 (trinta) estabelecimentos credenciados para o ramo alimentício dentro do Município de Nova Friburgo/RJ, como: hipermercados, supermercados, mercados, armazéns, mercearias, açougue, hortifrútis, peixarias e similares.

4.1.27 A Relação que trata o item 4.1.26 deverá ser remetida para o endereço eletrônico: assistenciajuridica.rh@gmail.com.



4.1.28 A CONTRATADA deverá disponibilizar consulta de rede de estabelecimentos, através de site e/ou sistema via web.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao CONTRATANTE, de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência, os cartões e valores de carga.

5.2. A CONTRATADA deverá entregar todos os cartões BLOQUEADOS, COM SENHA INDIVIDUAL E EM ENVELOPE LACRADO, na SUBSECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS – Av. Alberto Braune, nº 225, Centro, Nova Friburgo, CEP: 28.613-001 – na quantidade solicitada pelo CONTRATANTE, por sua exclusiva conta e risco.

5.3. Após assinatura do contrato, a CONTRATANTE deverá fornecer ao CONTRATADO, em até 48 (quarenta e oito) horas, relação contendo Secretaria, Nome dos servidores, CPF e outras informações necessárias à emissão do Cartão.

5.4. A data máxima para entrega dos cartões no endereço citado no item 5.2 será em até 07 (sete) dias úteis, após o fornecimento da relação de beneficiários pelo CONTRATANTE.

5.5. A entrega dos cartões deverá ser realizada pela CONTRATADA de forma única, contendo nos cartões o nome do beneficiário, o nome do município e a data de validade, separados por Secretaria de origem do servidor e em ordem alfabética.

5.6. Após entrega dos cartões, o CONTRATANTE poderá solicitar formalmente à CONTRATADA a carga de crédito nos cartões, que deverá se dar em até 3 (três) dias corridos.

5.7. É de responsabilidade da CONTRATADA a disponibilização do valor de carga apenas nos cartões solicitados pela CONTRATANTE.

5.8. A CONTRATADA deverá disponibilizar sistema de acompanhamento e controle de lançamento dos créditos e débitos de forma individualizada e global, até a data estipulada no item 5.6, permitindo a geração e impressão de relatórios para conferência e resolução de problemas diversos, bem como possibilitar a consulta pelos respectivos usuários, por meio de emissão de extrato (quando solicitado pelo usuário ou pelo contratante).

5.9. Após disponibilização do valor de carga, dispostas nos itens 5.6, deverá a CONTRATADA emitir fatura referente apenas ao crédito realizado nos cartões solicitados.

5.10. É de responsabilidade da fiscalização do contrato designada pela CONTRATANTE, a devida conferência e atestação das faturas apresentadas pela CONTRATADA, conforme item 5.9, na forma do Decreto Municipal nº 2.493/2023.

5.11. O Cartão Vale-alimentação de Natal deverá possuir validade para utilização pelo beneficiário de 90 (noventa) dias, contados a partir do crédito disponibilizado, cujo valor será de R\$ 500,00 (quinhentos) reais.

5.12. O saldo resultante dos créditos não utilizados, devidamente descontados da taxa administrativa aplicada pelo CONTRATANTE, deverá ser depositado em conta-corrente de titularidade do MNF.

5.13. O prazo para depósito na conta do MNF, conforme disposto no item 5.12, será de 05 (cinco) dias úteis, após a análise e emissão de parecer da fiscalização do contrato.

5.14. O CONTRATANTE deverá enviar para CONTRATADA as informações do item 5.3 em formato xls, doc, pdf ou similares.

5.15. A informação necessária e indispensável à correta utilização, estabelecida em regulamento ou norma legal aplicável, deve estar devidamente indicada no cartão de uso pessoal, bem como deverá ser fornecida ao setor designado para fiscalização do objeto do contrato.



5.16. Os cartões emitidos deverão permitir a habilitação de senha individual, de forma a garantir privacidade e segurança na utilização e evitar prejuízos em caso de extravio, furto ou roubo.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3.3. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.5. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.6. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim. 6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.10. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

6.11. Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.



6.12. O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.13. O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.14. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.15. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.16. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.16.1. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.16.2. Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.16.3. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.16.4. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1. Do local da Prestação do Serviço:

7.1.1. Todos os cartões deverão ser entregues à Subsecretaria de Recursos Humanos, situada à Av. Alberto Braune, 225, Centro, Nova Friburgo/RJ, CEP: 28.613-001, na forma dos itens 5.2 e 5.5.

7.1.2. Após a disponibilização do valor da carga, deverá a CONTRATADA emitir fatura referente apenas ao crédito realizado nos cartões solicitados.

7.2. Da liquidação da despesa:

7.2.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto Municipal nº 2.493/2023.

7.3. Do pagamento da despesa:

7.3.1. O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2.493/2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas.
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais.
- FGTS.



- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual.
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa.
- Estadual CND – referente ao ICMS.

7.3.2. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da conta-corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido.

7.3.3. Na ocorrência de rejeição das Notas Fiscais, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.3.4. Consoante o art. 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.3.5 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumprida as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório modalidade Pregão Eletrônico do tipo menor preço, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I, combinado com o art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.



8.5 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1 Habilitação Jurídica:

a – Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no



Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

j - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.12.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.1.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.1.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.1.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.1.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.1.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



8.12.1.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.1.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.14 Qualificação Econômico-Financeira:

8.14.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.14.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.14.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.14.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação



judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.14.7 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.14.8 - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.14.9 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.14.10 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.14.11 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

8.14.12 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.14.13 - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.15 Qualificação Técnica:

8.15.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.2.1 - As certidões ou atestados de capacidade técnica deverão demonstrar que a licitante efetuou execução bem-sucedida com quantidade de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4%



(quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

- Parcela de maior relevância: Serviço de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de Cartões Magnéticos de Alimentação, (pelo menos 4.135 cartões).

8.15.2.2 - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.15.2.3 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.15.2.4 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.15.4 - Declaração formal do licitante, sob as penalidades cabíveis, quanto à disponibilidade, antes da assinatura do contrato, de, no mínimo, 30 (trinta) estabelecimentos credenciados para o ramo alimentício dentro do município de Nova Friburgo/RJ, como: hipermercados, supermercados, mercados, armazéns, mercearias, açougues, hortifrúti, peixarias e similares. (Modelo próprio da empresa).

9 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 Da Contratada:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) Fornecer os cartões magnéticos com chip (Cartão Vale-alimentação de Natal) devidamente carregados com o valor estipulado de R\$ 500,00 (quinhentos reais) cada, no prazo estabelecido e conforme demanda da CONTRATANTE;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;



- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- n) Substituir, às suas expensas, os cartões com defeito ou que apresentem problemas de uso, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação da Administração;
- o) Disponibilizar, no mínimo, 30 (trinta) estabelecimentos credenciados no município de Nova Friburgo/RJ, compatíveis com o ramo alimentício (supermercados, hortifrutis, açougues, mercearias etc.);
- p) Manter durante toda a vigência do contrato todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- q) Manter canal de atendimento eletrônico (e-mail) ativo e atualizado para comunicações com a Administração;
- r) Cumprir integralmente as demais disposições legais aplicáveis e as cláusulas do contrato administrativo.

9.2 Da Contratante:

- a) Fornecer à CONTRATADA as informações necessárias para a correta entrega dos cartões e execução do serviço;
- b) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- c) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- d) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- e) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- f) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- h) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- i) demais condições constantes do edital de licitação;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

10.1.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



10.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

10.3.1 advertência;

10.3.2 multa;

10.3.3 impedimento de licitar e contratar;

10.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.6 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.7 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8 Impedimento de licitar e contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.9 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que



aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.10 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.11 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas, sendo possível apenas a cumulação da multa com outras sanções previstas no mesmo dispositivo.

10.12 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1 A estimativa do valor da contratação encontra-se disposta em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (Anexo II) e está fixada em **R\$ 3.906.000,00 (três milhões, novecentos e seis mil reais)**.

11.2 O referido valor foi estimado com base na contratação realizada pelo Município no exercício anterior, considerando o quantitativo atualizado de servidores estimados a serem contemplados com o Cartão Vale-alimentação de Natal em 2025.

11.3 Para fins de atualização monetária, foi aplicado o índice IPCA, referente ao período de outubro de 2024 a julho de 2025.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

Órgão/Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza de Despesa
Secretaria de Educação – Nível Central	22001.0412200472.125	15001001	339039-79
Secretaria de Educação – Ensino Fundamental	22002.1236100572.146	15001001	339039-79
Secretaria de Educação – Ensino Fundamental	22002.1236600602.153	15001001	339039-79
Secretaria de Educação – Ensino Fundamental	22002.1236700592.152	15001001	339039-79
Secretaria de Educação – Educação Infantil	22003.1236500672.165	15001001	339039-79
Secretaria de Educação – Educação Infantil	22003.1236500692.170	15001001	339039-79
Secretaria de Educação – Educação Infantil Creche	22004.1236500762.182	15001001	339039-79
Secretaria de Educação – Educação Infantil Creche	22004.1236500782.185	15001001	339039-79
Secretaria de Educação – Escola de Enfermagem	22005.1236300012.263	15001001	339039-79
Secretaria de Gestão e Recursos Humanos	66001.0412200012.001	15000000	339039-79

12.2 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome de:

- MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23,
ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP: 28613-001.



13. DA RESCISÃO

14.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência ou na legislação vigente, por parte da CONTRATADA, assegurará ao Município de Nova Friburgo o direito de rescindir o contrato, mediante notificação, com prova de recebimento.

14.2 Além das hipóteses expressamente previstas no art. 137 da Lei n.º 14.133/21 constituem motivos para a rescisão do contrato:

14.2.1 Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao Município.

14.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do Município.

14.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 139 da Lei nº 14.133/21.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.2 Os proponentes deverão apresentar suas propostas com preços compatíveis com o valor fixado para a presente licitação, conforme especificado neste Termo de Referência.

14.3 Este Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica da Secretaria de Gestão e Recursos Humanos.

14.4 A empresa vencedora do certame aceitará, nas mesmas condições e preços os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da contratação, para o objeto definido neste termo de referência, conforme previsto nos artigos 124 e 125 da Lei n.º 14.133/2021.

14.5 O presente Termo de Referência deverá ser aprovado pelo ordenador de despesas ou pela autoridade competente, conforme a divisão de atribuições definida no âmbito da Administração Pública Municipal.

Nova Friburgo/RJ, 26 de agosto de 2025.

ELABORADOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> Lizandra Martins Gama Mineiro Matr.: 115.259	<hr/> Erica Pinheiro Terra Matr: 199.206

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O**
PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:



Rodrigo Jardim Ascoly

Secretário Municipal de Gestão e Recursos Humanos
Matr.: 063.781

Ciente, de acordo:

Caroline Moura Klein

Secretário Municipal de Educação
Matr.: 990.953